

INSTRUÇÃO DE VOTO RELATIVA À ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA(S) 1ª E 2ª SÉRIES DA 89ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, A SER REALIZADA, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2024 E/OU SEGUNDA CONVOCAÇÃO E EVENTUAIS REABERTURAS.

Conforme estabelecido pela Resolução CVM 60, a Emissora adotará o sistema de votação à distância por ocasião da Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da(s) 1ª e 2ª Séries da 89ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, a ser realizada em 25 de novembro de 2024, às 15:00, em primeira convocação (“Assembleia Geral”). Desta forma, os Titulares de CRA, com direito de voto, poderão encaminhar, a partir desta, suas instruções de voto em relação à matéria constante da Ordem do Dia da Assembleia Geral para: (i) o departamento de relações com investidores da Emissora; e (ii) o Agente Fiduciário, conforme instruções indicadas no item a seguir (“Instrução de Voto”).

A Instrução de Voto deverá ser completamente preenchida, datada e assinada, pelo Titular de CRA, ou por seu representante legal, nos termos do Edital de Convocação para a Assembleia Geral.

A Instrução de Voto que não estiver de acordo com as especificações citadas e não for retificado em tempo hábil não será considerado válido e, conseqüentemente, não será realizado o cômputo dos votos nele contidos.

Orientações de Entrega:

A Instrução de Voto poderá ser encaminhada exclusivamente por e-mail: (i) diretamente à Emissora, aos cuidados do departamento de relações com investidores, encaminhado para juridico@canalsecuritizadora.com.br; e (ii) ao Agente Fiduciário, neste caso por correio eletrônico encaminhado para af.assembleias@oliveiratrust.com.br

Deliberações:

- i. Declarar ou não Vencimento Antecipado da Operação, nos termos das Cláusulas 4.17.1, (iv), do Termo de Securitização e 6.1, (iv), da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (“CPR-F”), em face propositura de ação judicial, processo de Tutela Cautelar pré Recuperação Judicial (“Tutela Antecedente”) ajuizado pelo Grupo AGROPECUÁRIA CONSENTINI LTDA., na da Comarca de Gupuri/Tocantins, processo sob o nº 0012084-51.2024.8.27.2722/TO, em trâmite perante a 1ª. Vara Cível de Falências e Recuperações Judiciais Regional, cujo pedido da ação foi ajuizada com fulcro no artigo 20-B da Lei nº11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falências), requerendo a suspensão de todos os processos de execução em trâmite que tenham a AGROPECUÁRIA CONSENTINI LTDA.

Aprovar Rejeitar Abster-se

- ii. Caso aprovado o Vencimento Antecipado da Operação, previsto no item (i) acima, deliberar sobre as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, visando o resguardo e a proteção dos interesses dos Titulares dos CRA, na forma prevista no Termo de Securitização, demais Documentos da Operação e na legislação aplicável.

Aprovar Rejeitar Abster-se

| | |
|--|--|
| <p>iii. Aprovar a contratação de assessor legal, nos termos da proposta que seguirá anexo à ata da Assembleia;</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> | |
| <p>iv. Em razão do potencial não pagamento da parcela referente aos juros da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira Nº 01/2024 (“<u>CPR-F</u>”) previsto para 01 de novembro de 2024 e, conseqüentemente, dos CRA previsto para 05 de novembro de 2024 (“<u>PMT 11/2024</u>”), cujo respectivo descumprimento será verificado na data da assembleia, aprovar a sustação dos efeitos do Vencimento Antecipado Automático da CPR-F e, conseqüentemente, do Resgate Antecipado dos CRA, nos termos das Cláusulas 6.1, subitem “(i)” da CPR-F e 5.1.1 do Termo de Securitização;</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> | |
| <p>v. Caso aprovado o item (iv) acima, deliberar sobre as tratativas que serão dadas ao inadimplemento da PMT 11/2024;</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> | |
| <p>vi. A autorização para que o Agente Fiduciário e a Securitizadora possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata.</p> <p><input type="checkbox"/> Aprovar <input type="checkbox"/> Rejeitar <input type="checkbox"/> Abster-se</p> | |
| <p>O Titular do CRA se enquadra em qualquer hipótese que poderia ser caracterizada como conflito de interesses em relação das matérias da Ordem do Dia e demais partes da operação, bem como entre partes relacionadas, conforme definição prevista na deliberação CVM nº 642/2010 – Pronunciamento Técnico CPC 05, ao artigo 115 § 1º da Lei 6404/76, e outras hipóteses previstas em lei, conforme aplicável.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> <p>Caso a Assembleia Geral venha a ser justificadamente adiada ou suspensa, o Titular do CRA, abaixo assinado, concorda que a presente Instrução de Voto poderá ser considerada para aprovação do adiamento ou suspensão, desde que o conteúdo das deliberações e manifestações de voto previstas neste documento não tenha sido alterado.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p> | |
| <p>Investidor:</p> | |
| <p>CPF/CNPJ do Investidor:</p> | |
| <p>Emissão:</p> | |

| | |
|--------------|--|
| Série: | |
| Quantidade: | |
| Assinaturas: | |